



Uma breve análise sobre o conflito colombiano e o recente processo de paz: qual a situação atual da implementação dos acordos?

A brief analysis of the Colombian conflict and the recent peace process: what is the current state of implementation of the agreements?

Un breve análisis del conflicto colombiano y el reciente proceso de paz: ¿cuál es el estado actual de implementación de los acuerdos?

Leonardo Agrello Madruga¹

DOI: 10.5752/P.1809-6182.2020v17n3p62

Recebido em: 23 de outubro de 2019
Aceito em: 23 de março de 2020

Resumo

Este trabalho parte da seguinte indagação: qual a conjuntura atual da implementação dos Acordos de Paz firmados entre o governo colombiano e as FARC, em 2016? Em primeiro momento, analisam-se as origens do conflito entre o Estado colombiano e as FARC, passando, logo, aos supostos teóricos que tratam das motivações de conflitos intra-estatais. Finalmente, apontam-se os termos dos Acordos de Paz e a conjuntura de sua implementação.

Palavras-chave: *Conflitos intraestatais. Reconciliação. Colômbia.*

Abstract

This paper starts from the following question: what is the current situation of the implementation of the Peace Agreements signed between the Colombian government and the FARC, in 2016? Firstly, the origins of the conflict between the Colombian State and the FARC are analyzed, then moving to the theoretical assumptions which discuss the motivations of intrastate conflicts. Finally, the terms of the Peace Agreements and the current state of their implementation are pointed out.

Keywords: *Intrastate conflicts. Reconciliation. Colombia.*

Resumen

Este trabajo parte de la siguiente pregunta: ¿cuál es la situación actual de implementación de los Acuerdos de Paz firmados entre el gobierno colombiano y las FARC, en 2016? En primer lugar, se analizan los orígenes del conflicto entre el Estado colombiano y las FARC, luego pasando a los supuestos teóricos que discuten las motivaciones de los conflictos intraestatales. Finalmente, se señalan los términos de los Acuerdos de Paz y el estado actual de su implementación.

Palabras clave: *Conflictos intraestatales. Reconciliación. Colombia.*

¹ Mestre e doutorando em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil.
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6873-4594>

Introdução

Há décadas o Estado colombiano vem tendo sua exclusividade no uso da força desafiada no interior de seu território, em um conflito que, como se verá, teve seu início em meados do século XX, tendo como elementos centrais a exclusão do acesso à terra por partes da população, assim como pela falta representação política, caracterizada pela baixa democratização. Passadas várias décadas, em 2016, finalmente, chegou-se a assinatura de Acordos de Paz com uma das principais forças envolvidas nesses embates, as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC).

Observando-se as principais características que motivaram o início do conflito e analisando-se alguns dos documentos que constituíram os acordos de paz, pode-se considerar que, minimamente, deu-se atenção à busca pela resolução dos problemas que contribuíram para a eclosão dos embates. De tal maneira, face ao que se sabe a respeito do conflito e aos acordos para seu fim, parte-se da seguinte indagação: qual a conjuntura atual da implementação dos Acordos de Paz firmados entre o governo colombiano e as FARC, em 2016?

Para que se cumpra o objetivo de mapear a atual conjuntura, em primeiro momento, discute-se acerca das origens do conflito, a fim de se apontar aqueles que se entende como elementos centrais. Logo, abordam-se alguns elementos teóricos que tratam do problema das desigualdades estruturais e da questão da democracia, a fim de trazer melhor entendimento acerca dos problemas enfrentados na Colômbia. Na terceira e última seção, são trazidos alguns dos principais pontos dos Acordos de Paz, visando apontar sua relação

com as causas que deram início ao conflito, e informações que denotam a situação atual de sua implementação.

As raízes do conflito interno colombiano

Desde meados do século XX, caracterizando-se, portanto, como um conflito de longa duração, grupos armados têm lutado contra o Estado colombiano em disputas pelo poder. Ao longo dos anos, vale mencionar, novos grupos guerrilheiros surgiram pelo país e passaram a figurar no conflito, agravado pela entrada em cena do narcotráfico. Ressalta-se, de antemão, que não se pretende aprofundar nessas últimas questões. Se dará enfoque às características e motivações que deram início ao conflito. Logo após, como previsto, discute-se sobre a discussão teórica acerca de conflitos intra-estatais, de forma a possibilitar os comentários finais acerca da conjuntura atual.

De Hincapié (2001) faz uma importante análise sobre o desenvolvimento histórico da violência na Colômbia, sobre as divisões sociais no país e sobre a legitimidade das instituições políticas nascentes. Conforme a autora, a luta armada na Colômbia, iniciada na década de 1940, representava a ação dos grupos que eram mantidos fora do Estado que se encontrava em construção, representado pelas antigas elites e sua divisão bipartidária (liberais e conservadores) que surgiu durante o século XIX. Conforme de Hincapié, se tratava de

(...) uma luta pela destruição do Estado, de suas instituições representativas e da classe social que o havia comandado, para substituí-las por outras, nascidas de uma revolução de vastas proporções, cujo objetivo era instaurar um tipo de ditadura do proletariado à moda da Europa Ocidental, de Cuba, do

Vietnã; enfim, do modelo comunista, que aparecia como um horizonte de possibilidade para alguns setores tradicionalmente excluídos da nação (...) (DE HINCAPIÉ, 2001, p. 75, versão livre do autor) ².

Comenta a autora sobre a presença perene da violência no histórico do Estado colombiano, expressada desde as guerras de independência entre os anos 1811 e 1816, onde sempre houve um caráter regionalista e localista no Estado nascente. A partir daí, a pátria que se funda é de tronco europeu-americano, estando o *outro* excluído da nação. Os processos de fundação do Estado e de seu domínio sobre o território foram precários, de maneira que o denominador comum dessa elite era a exclusão, a negação e a consideração desse *outro* como potencial ou realmente perigoso; “foram considerados inimigos internos, excluídos da nação e, portanto, objetos e sujeitos de todo o tipo de violências” (DE HINCAPIÉ, 2001, p. 28, versão livre do autor) ³.

Analisando a questão do Estado e a concepção deste à luz dos escritos de Max Weber, menciona de Hincapié que se trata de uma relação de poder entre os polos de legitimidade e violência, de maneira que, quanto mais se perde a primeira, mais aumenta a segunda. Nesse sentido, na medida em que a antiga trama social começa a modificar-se, com a industrialização, modernização da agricultura, urbanização, desenvolvimento de vias e de meios de comu-

2 una lucha por la destrucción del Estado, de sus instituciones representativas y de la clase social que lo había comandado, para sustituirlas por otras, nacidas de una revolución de vastas proporciones cuyo objetivo era instaurar una suerte de dictadura del proletariado a la manera de Europa occidental, de Cuba, de Vietnam; en fin, del modelo comunista que aparecía como un horizonte de posibilidad para algunos sectores tradicionalmente excluidos de la nación (...).

3 fueron considerados enemigos internos, excluidos de la nación y por tanto objetos y sujetos de todo tipo de violencias

nicação, e tudo isso ocorrendo de maneira desigual, de acordo com de Hincapié (2001, p. 59, versão livre do autor) ⁴; “os velhos dispositivos de poder e de controle social (...) começam a mostrar sua ineficiência e inoperância”.

Seguindo o argumento que apresenta essa autora, pode-se perceber que não há uma sobressaliente matriz étnica na origem do conflito colombiano, ainda que houvesse negros e indígenas entre os *outros* socialmente excluídos no território desse país. Diferente disso, olhando para o último ponto aqui trazido, além do argumento de a violência ter estado presente ao longo da história da Colômbia, há a questão da perda de legitimidade daqueles que se encontravam à frente do poder. Com o desenvolvimento econômico, social e político, tal parcela excluída do acesso à terra e à própria nação começa a se fazer ouvir, e as instituições políticas existentes resultam incapazes de modificar-se e ou reformar-se para atender às novas demandas sociais, resultando na dita crise de legitimidade e retomada a violência (DE HINCAPIÉ, 2001).

Na opinião de Bejarano e Pizarro sobre o Estado colombiano e, conseqüentemente, sobre o que se discutiu até aqui sobre as motivações para o conflito:

As causas históricas da debilidade do Estado colombiano podem ser sumarizadas de acordo com o que segue: um vasto território perpassado por uma geografia muito complicada; uma fraca economia, direcionada para fora, com um mercado doméstico muito pequeno; e, finalmente, uma nação com uma identidade comum muito precária, permeada por clivagens regionais e partidárias (BEJARANO; PIZARRO, 2004, p. 101, versão livre do autor) ⁵.

4 los viejos dispositivos de poder y de control social (...) empiezan a mostrar su ineficiencia y su inoperancia.

5 The historical causes of the weakness of the Colombian state

As origens do conflito que perdura até os dias atuais residem no período que se conhece como *La Violencia* (1946-1966), cujo início coincide com as mudanças analisadas acima. Nesse intervalo temporal, segundo Restrepo, Spagat e Vargas (2004), a Colômbia se encontrava em uma clara divisão entre os partidos Conservador e Liberal. Este partido, ademais, representava a força que buscava mudanças no país, atendendo às novas dinâmicas políticas e sociais, o qual teve alinhamento, ademais, das autodefesas dos movimentos campesinos de esquerda, impedidos do acesso à terra (DE HINCAPIÉ, 2001; RESTREPO; SPAGAT; VARGAS, 2004).

De acordo com Ríos (2016), apesar de as origens do conflito colombiano se encontrar no período acima, *La Violencia*, e movido por lutas de guerrilhas campesinas buscando pela reforma agrária, o conflito se inicia, formalmente, no ano de 1964. É nesse momento, conforme o autor, que o Estado, em um contexto de guerra militar, ordena ataques contra uma série de municípios, nos quais grupos armados marxistas haviam se formado frente ao abandono institucional e esquecimento do governo.

Neste momento, além do mais, se formam os mais conhecidos grupos guerrilheiros que até hoje se mantêm ativos – excetuando-se os recentes processos de paz com as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC). Comenta Ríos (2016) que as FARC surgiram em 1966, resultado de um grupo antes denominado *Comando Sur*, de cerca de 350 sobreviventes de um ataque do governo; no ano ante-

rior, 1965, se formava o Exército de Libertação Nacional (ELN), aos quais se juntariam, nos anos seguintes, outros grupos menores, complexificando o conflito em terreno colombiano⁶. As FARC chegaram a superar os 18000 combatentes nos anos 2000, presentes em 350 municípios; quanto ao ELN, a mais de 5000, encontrando-se em mais de 150 municípios (RÍOS, 2016).

Existem controvérsias em torno da caracterização do conflito em solo colombiano como sendo ou não uma guerra civil, dadas as suas vicissitudes. Conforme Restrepo, Spagat e Vargas (2004), se tomarmos em conta a definição que se baseia no número de mortes anual, o qual supera 1000 pessoas, o conflito se adaptaria ao conceito. Entretanto, observando-o como um todo, por não haver uma divisão clara entre lados de grandes facções, bem como por o conflito se tratar de uma luta contra uma minoria extremista alimentada pelo capital vindo dos narcóticos e empreendendo violência em áreas pobres e isoladas, outras visões sustentam não se tratar de uma guerra civil (RESTREPO; SPAGAT; VARGAS, 2004).

De Hincapié (2001), em interessante parágrafo conclusivo, cujas palavras entendem-se importantes de serem citadas diretamente, escreveu:

Na Colômbia, o espaço da guerra e o da política sempre estiveram misturados, imbricados; por isso, a adoção da resistência armada era coerente e congruente com os eixos de sobrevivência histórica; de outro lado, a modalidade de luta guerrilheira fazia parte de toda uma estratégia manejada pela esquerda latino-americana dos anos sessenta e setenta, referendada pelo triunfo da revolução cubana

can be summarized as follows: a vast territory crossed by a very difficult geography; a weak economy, outwardly directed, with a very small domestic market; and finally, a nation with a very precarious common identity, crossed by regional and party cleavages.

6 Sobre isso, menciona-se a questão do narcotráfico e grupos paramilitares de direita política, contudo, como dito, estas questões não serão aqui aprofundadas.

e aceita por todos aqueles que buscavam uma nova definição de Estado (...) (DE HINCAPIÉ, 2001, p. 76, versão livre do autor)⁷.

Em suma, como se analisou até aqui, as origens do conflito interno na Colômbia residem nas incongruências históricas que perpassam a história do país desde a sua fundação. Como visto nos argumentos dos autores, no momento em que as elites políticas surgidas no século XIX e suas instituições começam a se debilitar frente aos novos movimentos econômicos, políticos e sociais, perdendo legitimidade, a violência entra em ascensão. A partir daí, começam a surgir as células de luta campesina, formadas pelos excluídos pelo Estado, e que, à parte as mudanças que ocorreriam nas décadas seguintes, dariam origem a dois dos principais grupos em conflito com o Estado colombiano: as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia e o Exército de Libertação Nacional.

Conflitos intra-estatais e a questão das desigualdades horizontais e acesso à política

Vistas as nuances históricas do conflito colombiano, o trecho a seguir tem o propósito de algumas das discussões em torno dos motivos pelos quais os conflitos intra-estatais eclodem, centrando naquelas que auxiliam a compreender o caso em debate. Nesse sentido, diversas são as abordagens teóricas tratando do assunto, notando-se que, considerada a complexidade que é inerente

às relações sociais, não há como se apontar causas concretas e, portanto, precisar quando um conflito irá se iniciar. Foca-se aqui, então, na discussão sobre desigualdades horizontais e democracia, ou falta de representatividade política, dado sua importância para a discussão do caso da Colômbia.

Conforme discutido acima, uma das maneiras pelas quais se pode observar o caso colombiano é pelo viés das desigualdades horizontais, cujo enfoque recai sobre as desigualdades intergrupais. Segundo Langer e Stewart (2014), esse tipo de desigualdades se refere àquelas entre grupos identitários culturalmente definidos, diferenciando-se daquelas chamadas de verticais, que remetem à distribuição de recursos entre indivíduos.

Conforme a definição desses autores:

Desigualdades horizontais são multifacetadas, incluindo dimensões de reconhecimento socioeconômico, político e de cultural. Além disso, não se trata apenas de desigualdades mensuráveis (ou 'objetivas'), mas também de percepções de desigualdades, visto que as pessoas agem em função do resultado das percepções, em vez de fatos possivelmente desconhecidos (LANGER; STEWART, 2014, p. 104, versão livre do autor)⁸.

Nesse sentido, para além da desigualdade que é mensurável e enxergada em menor nível entre os indivíduos, trata-se aqui daquelas desigualdades entre grupos sociais, os quais se veem descontentes frente à situação de outros grupos com os quais de relacionam. Segundo Langer e Stewart (2014, p. 108, versão livre do autor)⁹,

7 En Colombia, el espacio de la guerra y el de la política siempre han estado confundidos, imbricados; por ello, la adopción de la resistencia armada era coherente y congruente con los ejes de pervivencia histórica; de otro lado, la modalidad de lucha guerrillera hacía parte de toda una estrategia manejada por la izquierda latinoamericana de los años sesenta y setenta, refrendada por el triunfo de la revolución cubana y aceptada por todos aquellos que intentaban una nueva definición de Estado (...).

8 HIs are multifaceted, including socio-economic, political and cultural recognition dimensions. Moreover, it is not only a matter of measurable (or 'objective') inequalities, but also perceptions of inequalities, since people act as a result of perceptions rather than some possibly unknown facts.

9 investigations of the relationship between horizontal inequalities and conflict provides strong evidence that the probability of conflict increases as socio-economic HIs rise (...).

“pesquisas sobre a relação entre desigualdades horizontais e conflitos provêm fortes evidências de que a probabilidade de conflitos aumenta na medida em que as DH crescem”.

Essas desigualdades percebidas entre diferentes grupos são fatores contributivos para que conflitos emergjam, o que quer dizer que não apenas a privação imediata de certo ou certos recursos levam ao conflito. Em vez disso, as desigualdades persistentes e percebidas é que motivam o conflito. Observando-se a par do que se discorreu sobre as origens do conflito na Colômbia, afirma-se que há maior probabilidade de conflitos quando as desigualdades envolvem os âmbitos socioeconômico e político (LANGER; STEWART, 2014).

Como visto, a principal demanda que ensejou as inquietações na Colômbia se referia ao acesso à terra. Historicamente, o país se mantinha sob o controle de uma elite política que, apesar de alterações na matriz econômica do país, mantinha excluída uma parcela da sociedade. Ao passo que o contexto local e regional foi se alterando, propiciando a mobilização, as queixas (*grievances*) internas ganhavam força, provocando embates ao poder estabelecido e, paulatinamente, diminuindo sua legitimidade. Langer e Stewart (2014) ressaltam que a potencialidade do conflito se acentua quando há um nível alto de exclusão política, afora a socioeconômica.

Essas disputas também são características de Estados que se encontram em formação, o que, pensando no conflito aqui em questão, refere-se ao caso dos países que foram alvo de colonização. Esse processo ocorre acompanhado de desigualdades horizontais e, portanto, exclusão política e econômica, havendo a dominação por um grupo. Fala-se de um Estado ainda fraco, o qual, além de não chegar aos grupos excluídos, também provê espaço para que

emergjam rebeliões em seu seio, encabeçadas pelos grupos não representados, alienados dos processos de mudança (NEWMAN, 2014).

Outra importante discussão a ser mencionada é acerca da relevância dos recursos naturais para a discussão aqui desenvolvida. Isto é, o acesso a terra figurou como um fator central na evolução do conflito colombiano, questão que está inserida, ademais, na compreensão das desigualdades horizontais. A questão é que Vally *et al.* (2013), ao analisarem pesquisas sobre a influência da escassez de recursos naturais no surgimento de conflitos, afirmam que as pesquisas não indicam vínculo direto que possa ser apontado. Diferente disso, novamente, fatores políticos e econômicos acabam por ter papel relevante no surgimento de conflitos, visto que influenciam na distribuição do acesso a tais recursos.

A discussão recai, então, na exclusão política e no nível de participação nas decisões, nível de democracia. Como afirmam Gleditsch e Hegrel (2014, p. 145, tradução nossa)¹⁰, “supõe-se que instituições democráticas minimizam o recurso à violência por razões políticas, visto que elas provêm meios para que os atores persigam seus interesses de um modo não-violento”. Afora o fato, portanto, se serem motivos para o surgimento de queixas, a falta de direitos ou vias de acesso político aumentam a inclinação à violência.

Em capítulo em que analisa as causas que dão início a guerras civis, DeRouen Jr. (2015) traz dois pontos que auxiliam no debate, que são, primeiro, a própria questão da *queixa*, que se vem mencionando, e, segundo, a discussão

10 Democratic institutions should minimize the incentives to resort to violence for political ends to the extent that they provide avenues for actors to pursue their interests in a non-violent manner.

acerca do *nível de democracia* em determinado Estado como fator motivador, elemento introduzido acima. A queixa está ligada a descontentamento a respeito da divisão de recursos, reclamações por território, falta de democracia, impedimentos ao sucesso etc. Isto é, há uma relação direta com as desigualdades horizontais.

Consonante a isso, o ponto recai sobre o nível de democracia, importante fator que influencia para dirimir o recurso à violência em casos de conflitos de interesses entre diferentes grupos. DeRouen Jr. (2015) alude que em países onde normas democráticas estão em vigor, isto é, com poderes instituídos, eleições, mídia livre, entre outros, esses componentes agem de forma a barrar o recurso à violência em caso de descontentamento. Isso ocorre, segundo ele, em razão de que há o provimento de “canais para que as queixas sejam ouvidas” (DEROUEN JR., 2015, p. 86, versão livre do autor)¹¹.

Quando relacionamos ao conflito na Colômbia, em suma, recorda-se a exclusão de certa parcela populacional do desenvolvimento social e econômico, ao mesmo tempo em que havia baixa representação política e uma consequente perda de legitimidade, provocando, ao mesmo tempo, o impedimento do acesso à terra e dos meios para consegui-la. De outro lado, um Estado com incapacidade de prover bens públicos, governado por uma elite com baixa legitimidade. Emerge, assim, um conflito refletindo o baixo nível de democracia, permeado por desigualdades, dentre as quais, neste caso, está evidenciada a falta de acesso à terra. Importante, então, que, ao buscar a resolução do conflito, essas questões recebessem enfoque, é o que se verá adiante.

Base dos Acordos de Paz e a conjuntura atual de sua implementação

Apesar da existência de esforços anteriores de se empreenderem negociações de paz entre partes envolvidas no conflito colombiano, foi somente o processo mais recente, iniciado em 2012, sob o governo de Juan Manuel Santos (2010-2017), que obteve relativo sucesso. Segundo Antunes (2018), desde 2010, o presidente Santos mantinha diálogos em segredo com líderes das FARC, sendo que apenas dois anos depois se pôde trazer a público as intenções envolvidas nas negociações entre as partes.

Embora diversos grupos armados estejam envolvidos em conflitos contra o Estado colombiano, as negociações de paz trazidas a público em 2012 se restringem às FARC. Alguns fatores foram fundamentais para que as tratativas obtivessem resultados favoráveis, entre eles, cita-se o fortalecimento da máquina militar da Colômbia, sustentada pelos Estados Unidos, o que possibilitou ataque mais incisivo contra a guerrilha – principalmente, contra suas fontes de financiamento –, a perda de legitimidade popular das FARC, em razão de seus atos violentos, ao mesmo tempo em que as forças armadas públicas adotavam postura de maior atenção aos direitos humanos (ANTUNES, 2018).

Ademais, Silva (2017) aponta outros três que considera fundamentais: 1) correlação de forças entre as FARC e as forças armadas do Estado, no sentido de que suas expectativas de vitória se tornavam paulatinamente reduzidas às estatais, fazendo pender o conflito para o lado da negociação; 2) a renovação dos líderes do movimento guerrilheiro, cuja “principal diferença pode ser apontada no fato de alguns de-

¹¹ Channels for grievances to be heard.

les terem frequentado universidades antes de se unirem à luta” (SILVA, 2017, p. 90), influenciando em suas decisões de optar pelas negociações; e 3) a importância do presidente Santos como negociador.

Dada a vivência anterior de Santos no combate à guerrilha, que se estendia desde a década de 1990, passando pelo cargo de Ministro da Defesa nos anos de governo de Álvaro Uribe (2003-2010), ele era visto como legítimo para tal papel. Conforme Silva (2017, p. 91) “à luz do *‘ethos guerreiro’*, Santos se revestia de credibilidade para os líderes guerrilheiros pelo seu desempenho como ministro no combate, o que lhe fornecia respeito e validade como interlocutor”.

O primeiro acordo de intenções de paz, firmado em 2012, trazia seis pontos principais em sua agenda: Política de Desenvolvimento agrário integral, Participação política, Fim do conflito, solução ao problema das drogas ilícitas, vítimas, e implementação, verificação e referendo. Conforme o Alto Comissariado para a Paz, esses pontos seriam um guia para o propósito final de terminar o conflito, o qual se pretendia alcançar com o Acordo Final de Havana (COLOMBIA, 2018b).

Cada um dos pontos, exceto o último, de caráter procedimental, derivou em acordos específicos. Após o primeiro, em 2012, o segundo foi sobre a Participação Política, firmado em 2013, tendo como pilares o uso e acesso à terra, o estabelecimento de programas de desenvolvimento com enfoque territorial, planos de redução radical da pobreza e de segurança alimentar e nutricional. No ano seguinte, firmou-se o terceiro acordo, *Solução ao problema das drogas ilícitas*, o qual girou em torno da abertura democrática, maior participação cidadã e o fim do vínculo entre política e armas (COLOMBIA, 2014).

Finalmente, faz-se uma última menção específica aos mecanismos de participação. Corresponde ao ponto 6 do primeiro acordo, o objetivo é o de conferir a mais ampla participação possível dos cidadãos, a fim de aumentar sua legitimidade e enriquecer as discussões previstas na agenda. Três mecanismos foram previstos: 1) recebimentos de propostas sobre os pontos da agenda de cidadão e organizações; 2) consultas diretas para receber propostas sobre tais pontos; 3) organização de espaços de participação através de terceiros (COLOMBIA, 2018a). Os dados oficiais demonstram uma grande participação, dos quais se cita o envio de quase 3.000 propostas válidas por meio físico ou virtual, bem como nos três fóruns nacionais (realizados em 2012 e dois em 2013) de cidadãos, organizações e departamentos do governo (COLOMBIA, 2018c).

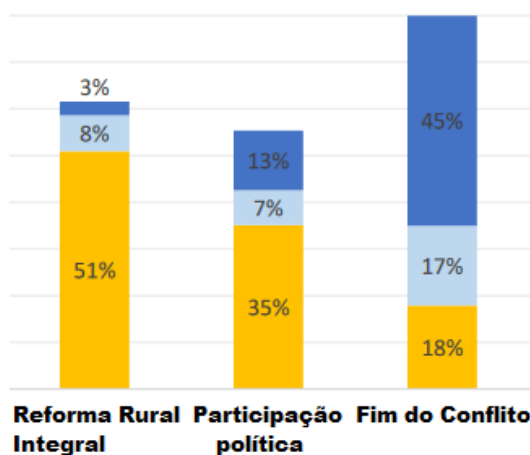
A sucinta abordagem a respeito dos principais pontos dos Acordos de Paz firmados teve o intuito de demonstrar a relação entre a atenção dada nesses documentos e os motivos pelos quais o conflito se iniciou, conforme abordado na primeira seção. Recapitulando, em termos gerais, entre as motivações estavam a exclusão de parcelas da sociedade do acesso à terra e do próprio desenvolvimento econômico, ao lado da exclusão política, visto que não se viam representados politicamente nem tinham meios de buscar essa representação, tudo isso em conjunto com a violência estatal. De tal sorte, volta-se à situação conjuntural, buscando-se, como previsto, comentar sobre a situação da implementação dos acordos.

Iniciando pelo último relatório elaborado pelo Instituto Kroc (KROC INSTITUTE, 2019a), publicado em abril de 2019. À época, conforme o documento, 35% dos compromissos estavam em estágio avançado de implementação, 34% com um mínimo e 31% sem nenhuma ini-

ciativa. Pouco menos de dois anos e meio após a assinatura, um percentual considerável havia sido alcançado, já que se previu 15 anos para o alcance de todos os compromissos. Entretanto, chamou-se atenção a dois pontos: a importância de que se levasse melhora à situação da população rural, já que, historicamente, o Estado não chegara a muitas áreas, e a de que se garantisse a segurança para os líderes sociais, defensores de direitos humanos, ex-combatentes e suas famílias.

De parte do governo, como se observa na matéria de 25 de novembro passado, a qual traz trechos das declarações do conselheiro presidencial para a Estabilização e Consolidação dos acordos, Emilio Archila, o processo vai em ritmo acelerado (EL PAÍS, 2019a). Dentre as cifras apontadas pelo representante, de 11.617 ex-combatentes, 98% já estaria contando com benefícios da seguridade social, além de que 170 municípios identificados como mais empobrecidos e excluídos receberiam prioridade. Afirmou, ainda, que o atual presidente, Iván Duque, tornou realidade a reincorporação econômica do ex-combatentes, bem como citou projetos de financiamento para regularização territorial, obras de infraestrutura e recursos para a atenção às vítimas dos conflitos.

Figura 1 - Implementação dos Acordos - Instituto Kroc



Fonte: Adaptado de KROC INSTITUTE FOR INTERNATIONAL PEACE STUDIES (2019a).

À parte a forma otimista como o representante do governo se posiciona, como se vê na Figura 1 acima (que ressalta os pontos que se chamou atenção anteriormente), os citados documentos do Instituto Kroc demonstram preocupação com o avanço lento no tema da Reforma Rural, da Participação Política e do Fim do Conflito, neste, especificamente, no que tange à segurança dos ex-combatentes (KROC INSTITUTE, 2019a). Essas questões são de importância fundamental para o avanço na implementação dos Acordos, como visto nas seções anteriores.

A própria Organização das Nações Unidas (ONU) se mostrou otimista com o passo das medidas de implementação dos Acordos, ressaltando os avanços mantidos nos 15 meses de presidência de Iván Duque e, além disso, afirmando que o ano de 2020 será promissor para que o processo siga adiante (EL COLOMBIANO, 2020). No entanto, são diversas as fontes que fazem ressalvas sobre a questão, citando a morosidade nos temas relacionados ao território e a segurança dos ex-combatentes e de suas famílias. Sobre isto, aliás, noticia-se que, só em 2019, ocorreram cerca de 170 assassinatos de líderes sociais e ex-integrantes das FARC (EL ESPECTADOR, 2019; FUNDACIÓN..., 2020; TELESUR, 2019).

O presidente colombiano vem enfrentando fortes reclames da sociedade, em razão de sua oposição a certos mecanismos previstos nos Acordos, como questões da justiça de transição para os ex-combatentes, ao aumento da violência em zonas rurais e empobrecidas pelo conflito e a diminuição do orçamento para a reforma rural (EL PAÍS, 2019b; EL ORDEN MUNDIAL, 2019). Como sintetiza o periódico *El Orden Mundial*, em sua análise sobre os três anos após o Acordo:

Há logros que não podem ser desmentidos: a grande maioria dos ex-guerrilheiros das FARC deixaram as armas e agora formam parte de um partido político que tem representação no Congresso e no Senado (...). No entanto, estas boas notícias não podem ofuscar uma triste realidade: a paz não chegou à Colômbia. Sob um governo conservador que somente entende a paz como um vitória do Estado sobre os que se alçaram às armas, quem perde é a Colômbia inteira. Cinquenta anos de conflito não se terminam quando os guerrilheiros deixam os fuzis, mas sim quando desaparece os motivos que os fizeram empunhar em primeira instância (EL ORDEN MUNDIAL, 2019, s.p., tradução nossa)¹².

Conclusões

Como mencionado ao início, a ideia que guiou esse trabalho foi a de traçar um panorama acerca de implementação dos Acordos de Paz, firmados em 2016, que visavam o fim do conflito no território colombiano. Retomando o que foi visto, apontou-se que a exclusão de parcelas da população do desenvolvimento socioeconômico, a baixa representação política e uma consequente perda de legitimidade, fatores estes que obstavam o acesso à terra e os meios para consegui-la, estiveram presentes desde o início dos embates.

Logo adiante, com a segunda seção, a partir das contribuições teóricas, tratou-se de reforçar como tais questões de desigualdades

horizontais e de falta de democracia são fatores, reconhecidamente, fundamentais para que ocorra a eclosão de conflitos intra-estatais. Ademais, viu-se que, minimamente, os termos que guiaram os Acordos davam atenção à busca por resolver os problemas que figuraram como elementos centrais do conflito, restando saber de sua implementação.

Consoante a isso, pode-se perceber que há muitas controvérsias. De um lado, a representação do governo e a ONU tratam de enaltecer aquilo que está sendo feito, apontando números que foram alcançados até agora. De outro, há uma série de informações que demonstram o descontentamento social e de órgãos da sociedade civil que apontam problemas na implementação dos Acordos. Diante disso, analisando-se as informações levantadas e dado o prazo de 15 anos para o total cumprimento, bastante se avançou na implementação. Contudo, os que menos alcançaram avanços foram aqueles pontos que mais importância tiveram nos conflitos, restando para pesquisas futuras seu acompanhamento.

Referências

- ANTUNES, Diego Felipe Barbosa. **Capacidades para a paz**. Estudo comparativo dos processos de paz entre o governo colombiano e as FARC nas gestões Andrés Pastrana (1998-2002) e Juan Manuel Santos (2010-2016). 2018. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/179437>. Acesso em: 16 de fev. 2021.
- BEJARANO, Ana Maria; PIZARRO, Eduardo. Colombia: The Partial Collapse of the State and the Emergence of Aspiring State-Makers. In: KINGSTON, Paul; SPEARS, Ian. **States-Within-States**. Incipient Political Entities in the Post-Cold War Era. Nova Iorque: Palgrave MacMillan, 2004. cap. 6, p. 99-118.
- COLÔMBIA. República da Colômbia. La oficina del Alto Comisionado para la Paz. **Entérese del proceso de paz**. Publicação online. 2014. Disponível em: <http://www.altocomi>

12 Hay logros que no pueden desmentirse: la gran mayoría de exguerrilleros de las FARC han dejado las armas y ahora forman parte de un partido político que tiene representación en el Congreso y en el Senado (...). Sin embargo, estas buenas noticias no pueden opacar una triste realidad: la paz no ha llegado a Colombia. Bajo un Gobierno conservador que solo quiere entender la paz como una victoria del Estado sobre los que se alzaron en armas, quien pierde es Colombia entera. Cincuenta años de conflicto no se terminan cuando los guerrilleros dejan los fusiles, sino cuando desaparecen los motivos que les hicieron empuñarlos en primera instancia.

sionadoparalapaz.gov.co/Prensa/documentos-y-publicaciones/Documents/Enterese-del-proceso-de-paz-260614_digital.pdf. Acceso em: 31 jul. 2018.

COLÔMBIA. República da Colômbia. **Mecanismo de participación.** Disponível em: <http://www.altocomisionadoparalapaz.gov.co/procesos-y-conversaciones/mecanismos-de-participacion/Paginas/Mecanismo-de-participacion.aspx>. Acceso em: 31 jul. 2018a.

COLÔMBIA. República da Colômbia. **Mesa de conversaciones con las FARC-EP.** Disponível em: <http://www.altocomisionadoparalapaz.gov.co/procesos-y-conversaciones/Paginas/mesa-de-conversaciones-con-las-farc-ep.aspx>. Acceso em: 31 jul. 2018b.

COLÔMBIA. República da Colômbia. **Sobre los avances alcanzados en el marco de los mecanismos de comunicaciones y difusión de la mesa de conversaciones.** Disponível em: <http://www.altocomisionadoparalapaz.gov.co/procesos-y-conversaciones/proceso-de-paz-con-las-farc-ep/Paginas/Avances-Alcanzados-en-el-marco-de-los-mecanismos.aspx>. Acceso em: 31 jul. 2018c.

DE HINCAPIÉ, María Teresa Uribe. Legitimidad y violencia: una dimensión de la crisis política colombiana. *In:* DE HINCAPIÉ, María Teresa Uribe. **Nación, ciudadano y soberano.** Medellín: Corporación Región, 2001.

DEROUEN JR., Karl. What Causes Civil War?. *In:* DEROUEN JR., Karl. **An introduction to civil wars.** Thousand Oaks: CQ Press; Sage Publications, 2015, cap. 4, p. 81-102.

EL COLOMBIANO. **2020 será un buen año para la implementación de acuerdo de paz.** 08 de janeiro de 2020. Disponível em: <https://www.elcolombiano.com/colombia/paz-y-derechos-humanos/onu-se-muestra-optimista-sobre-implementacion-del-acuerdo-de-paz-en-2020-JH12260854>. Acceso em: 10 de fev. 2020.

EL ESPECTADOR. **Implementación del Acuerdo de Paz: este es el balance a 30 meses.** 30 de setembro de 2019. Disponível em: <https://www.elespectador.com/noticias/politica/implementacion-del-acuerdo-de-paz-este-es-el-balance-30-meses-articulo-883746>. Acceso em: 10 de fev. de 2020.

EL ORDEN MUNDIAL. **Tres años después del acuerdo, Colombia sigue esperando la paz.** 20 de novembro de 2019. Disponível em: <https://elordenmundial.com/tres-anos-des-pues-del-acuerdo-colombia-sigue-esperando-la-paz/>. Acceso em 13 de fev. de 2020.

EL PAÍS. **Así avanza la implementación del Acuerdo de Paz en Colombia a tres años de su firma.** 25 de novembro de 2019a. Disponível em: <https://www.elpais.com.co/proceso-de-paz/asi-avanza-la-implementacion-del-acuerdo-de-paz-en-colombia-a-tres-anos-de-su-firma.html>. Acceso em: 11 fev. 2020.

EL PAÍS. **El acuerdo de paz de Colombia cobra vida con las movilizaciones sociales.** 26 de novembro de 2019b. Disponível em: https://elpais.com/internacional/2019/11/25/actualidad/1574716620_961865.html. Acceso em: 13 de fev. 2020.

FUNDACIÓN ideas para la paz. **2020: un año decisivo para la implementación del Acuerdo de Paz.** 6 de janeiro de 2020. Disponível em: <http://empresaspazddhh.ideaspaz.org/2020-un-ano-decisivo-para-la-implementacion-del-acuerdo-de-paz>. Acceso em: 16 de dev. 2021.

GLEDITSCH, Kristian Skrede; HEGREL, Håvard. Regime Type and Political Transition in Civil War. *In:* NEWMAN, Edward; DEROUEN JR., Karl. **Routledge Handbook of civil wars.** London: Routledge, 2014.

KROC INSTITUTE FOR INTERNATIONAL PEACE STUDIES. Actualización. **Informe 3 del Instituto Kroc.** Hacia una paz de calidad en Colombia. Fevereiro de 2019a. Disponível em: https://kroc.nd.edu/assets/315919/190408_atualizacio_n_informe_3_instituto_kroc_feb19.pdf. Acceso em: 07 de fev. 2020.

KROC INSTITUTE FOR INTERNATIONAL PEACE STUDIES. **Peace Accord Implementation in Colombia continues to Progress Two Years In Media Advisory:** April 9, 2019b. Disponível em: https://kroc.nd.edu/assets/316152/190409_pam_media_advisory_final.pdf. Acceso em: 07 de fev. 2019

LANGER, Arnim; STEWART, Frances. Horizontal Inequalities and Violent Conflict. *In:* NEWMAN, Edward; DEROUEN JR., Karl. **Routledge Handbook of civil wars.** London: Routledge, 2014, p. 104-118.

NEWMAN, Edward. Statebuilding, Upheaval and Civil War. *In:* NEWMAN, Edward; DEROUEN JR., Karl. **Routledge Handbook of civil wars.** London: Routledge, 2014, p. 173-185.

RESTREPO, Jorge. SPAGAT, Michael. VAGAS, Juan F. The Dynamics of the Colombian Conflict: A New Data Set. **Homo Oeconomicus**, n. 21, v. 2, p. 396-428, 2004.

RÍOS, Jerónimo. El Acuerdo de paz entre el Gobierno colombiano y las FARC: o cuando una paz imperfecta es mejor que una guerra perfecta. **Araucaria**, Rev. Iberoam. de Filos., Pol. y Humanid., ano 19, n. 38, p. 593-616, jul/dez, 2016.

SILVA, Bárbara Ellynes Zucchi Nobre. **Processos de Paz na Colômbia** – dos intentos de Andrés Pastrana à instalação da Mesa de Havana. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Universidade Estadual de Campinas e Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/150590>. Acceso em: 16 de fev. 2021.

TELESUR. **Manifestantes solicitan a Iván Duque respetar el Acuerdo de Paz de Colombia.** 29 de novembro de 2019. Disponível em: <https://www.telesurtv.net/news/colombia-manifestaciones-ivan-duque-respetar-acuerdos-paz-20191128-0008.html>. Acceso em 10 de fev. de 2020.

VALLY, Koubi *et al.* Do natural resources matter for interstate and intrastate armed conflict? **Journal of Peace Research**, published online, p. 1-17, ago, 2013.